

Pio Penna Filho

Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo.
Doutor em História pela Universidade de Brasília e Pesquisador do CNPq.

Os Arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEEX)

O elo perdido da repressão



O principal objetivo deste artigo é apresentar o acervo do Arquivo do Centro de Informações do Exterior (CIEEX). Criado no âmbito do Ministério das Relações Exteriores e atuando no sistema coordenado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), o Centro funcionou entre 1966 e 1988 e teve como principal motivação para o seu estabelecimento o monitoramento das atividades dos brasileiros exilados pela ditadura militar.

Palavras chave: Regime Militar,
CIEEX/Itamaraty, Repressão

The main purpose of this paper is to present the Archive of the Centro de Informações do Exterior (CIEEX). Established under the Ministry of Foreign Affairs and coordinated by the National Intelligence Service (Serviço Nacional de Informações - SNI), the Center operated from 1966 to 1988 and its initial main task was monitoring the activities of exiled by the Brazilian military dictatorship.

Keywords: Military Regime, CIEEX, Itamaraty, political repression

Dentre os chamados arquivos da repressão, há um expressivo e singular conjunto de documentos, no volumoso mas ainda fechado acervo da ditadura, que compõe um arquivo peculiar, tanto pela natureza dos seus documentos quanto pelo órgão responsável por sua existência e que, afinal, conseguiu se manter num anonimato especta-

cular por muitos anos, mesmo a após consagrada redemocratização do país. Este acervo foi guardado como segredo de Estado por seus responsáveis. Trata-se dos documentos produzidos pelo Centro de Informações do Exterior (CIEEX), um centro especializado criado no Ministério das Relações Exteriores em conformidade com os desígnios do Serviço Nacional

de Informações (SNI). Seus objetivos eram plenamente compatíveis com os interesses da ditadura, ou seja, sua função era correlata e complementar aos outros sistemas de informações então vigentes: a estabilidade do regime, que a cada ano se sustentava mais e mais na repressão aos seus opositores.

Com a atuação do CIEEX, a repressão acabou extrapolando as fronteiras nacionais. Para tanto, o regime militar se serviu de um dos mais respeitados serviços diplomáticos do mundo: o Itamaraty. Operando em conjunto com o SNI, o Itamaraty destacou alguns dos seus quadros para atuar no plano externo, monitorando discretamente as atividades de brasileiros no exterior e acompanhando qualquer movimentação contrária – ou que fosse considerada como tal – ao governo militar. As equipes do Ministério das Relações Exteriores foram eficientes: produziram mais de oito mil documentos ao longo de vinte anos de trabalho, boa parte deles dedicados à espionagem de cidadãos brasileiros que foram exilados ou que partiram espontaneamente do Brasil e tiveram que viver o amargor e as dificuldades da vida no estrangeiro.

Esse acervo, ainda pouquíssimo explorado, é parte valiosa da história política recente do Brasil. Por pouco não foi perdido ou mantido devidamente “esquecido” da memória nacional. Trata-se de uma história que, para o bem do Brasil, deve ser revelada, justamente para que não possa se repetir.

OS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E A REPRESSÃO

Sem informações, a repressão muito dificilmente alcançaria o grau de eficiência que obteve. A natureza do regime instaurado em 1964 implicou a montagem de um amplo e complexo sistema de informações, que teve como objetivo primordial a manutenção do novo regime sob comando militar. Paulatinamente, os militares constituíram um amplo sistema de informações que abrangia todo o país e mais, extrapolava em muito os seus limites territoriais. Isso decorreu da decisão do regime em concentrar seus esforços não só na repressão propriamente dita, isto é, nas medidas policiais tradicionais, mas também no plano das informações, com coleta e análise cada vez mais especializadas.

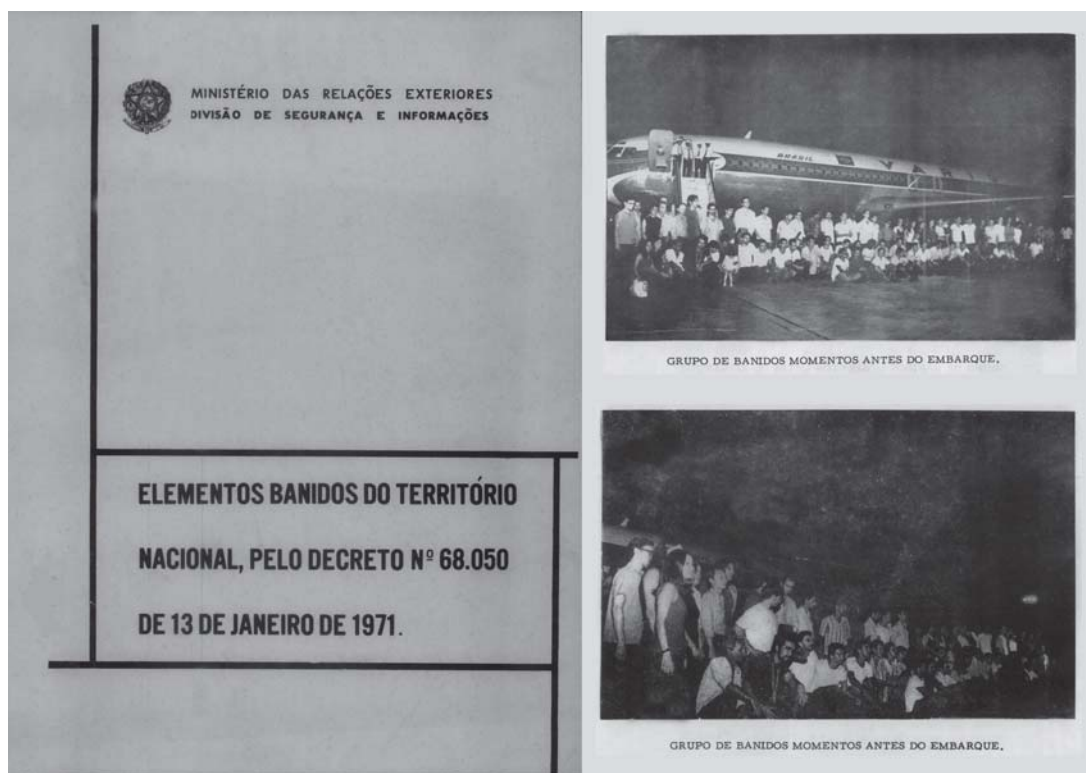
Quando analisamos comparativamente a atuação da ditadura brasileira com as outras ditaduras do Cone Sul, um dos dados que impressionam é justamente a eficiência do regime brasileiro, que se manteve quase sempre um passo à frente dos movimentos contrários, que tentaram, de diversas maneiras, travar uma luta sempre desigual frente a um regime que endurecia e brutalizava toda uma sociedade. Isso se revela, por exemplo, num quadro comparativo de mortos e desaparecidos sensivelmente menor no Brasil, frente a casos como o da Argentina e do Chile. Em parte, isso foi resultado da repressão prévia, consistente e qua-

se totalitária a que chegamos naquelas difíceis décadas.

Para tanto, um amplo sistema de informações foi montado, com o objetivo explícito de combater as diversas agremiações políticas que surgiram no país na segunda metade da década de 60, utilizando-se de instrumentos de inteligência para monitoramento e antecipação das ações das esquerdas. Os tentáculos desse sistema iam além das fronteiras nacionais e contaram com a íntima colaboração de importantes autoridades civis nacionais que compartilhavam do ideário autoritário tão característico daquele contexto histórico.

Os objetivos principais desse sistema, ao contrário dos serviços de informação de Estados democráticos, que em tese possuem como atribuição principal a defesa do Estado contra ações de natureza espúria (como ações terroristas, especulações financeiras, ingerências externas e inserção estratégica internacional), eram o de eliminar ou neutralizar os grupos (e pessoas) considerados subversivos e o de zelar pela manutenção dos sucessivos governos autoritários que se revezaram no poder entre 1964 e 1984.

O órgão centralizador desse sistema foi o Serviço Nacional de Informações, criado pela Lei 4.341, de 1964. O SNI pro-



Livreto da DSI/MRE, com a relação dos presos políticos trocados no seqüestro do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher e banidos para o Chile. Rio de Janeiro, 1971. *Acervo SNI*.

duzia, centralizava e sistematizava as informações processadas pelos serviços secretos dos ministérios militares e pelas Divisões de Segurança Interna (DSI), criadas no âmbito dos ministérios civis e pelas Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS) e Departamento de Polícia Federal. A rigor, o SNI havia sido criado como um órgão diretamente subordinado à Presidência da República, e deveria se ater a assuntos relacionados à segurança nacional. Os artigos 2 e 3 da Lei que criou o SNI estipulam que:

"Artigo 2º – O Serviço Nacional de Informações tem por finalidade superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra-informação, em particular as que interessam à Segurança Nacional.

Artigo 3º – Ao Serviço Nacional de Informações incumbe especialmente: assessorar o Presidente da República na orientação e coordenação das atividades de informação e contra-informação afeta aos ministérios, serviços estatais, autônomos e entidades paraestatais".¹

O SNI rapidamente se constituiu num gigantesco órgão repressivo. Gigantesco e com elevado grau de autonomia na estrutura de poder erigida a partir de 1964. Contudo, o SNI, apesar de ser o órgão centralizador do sistema de informações, não era o único a operar e nem tampouco o único a desfrutar de autonomia no âmbito governamental. Aliás, uma das

características básicas dos órgãos de informação que operavam no Brasil foi o fato de que agiam com relativa autonomia no plano institucional, não sendo incomum o fato de manterem uma espécie de competição para ver quem obteria maiores e melhores resultados. Na verdade, esta parece ser uma característica universal atinente aos serviços dessa natureza, uma vez que o mesmo fenômeno é relatado na literatura estrangeira.

Até o momento, a estrutura mais conhecida da Comunidade Nacional de Informações considerava o SNI como o elemento central da "inteligência" brasileira, cujos órgãos auxiliares eram: o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), as diversas Divisões de Segurança Interna (DSI) e o Centro de Informações da Polícia Federal (CI/DPF). Todos esses organismos atuavam na produção/coleta de informações e ação direta de repressão no plano interno, objetivando descobrir e eliminar os focos de resistência à ditadura, por mais tênues que fossem. Para o desempenho dessas funções, um dos métodos mais utilizados foi a tortura física e psicológica, em alguns casos levada às últimas conseqüências.

Mas o sistema ia bem além do que determinava a legislação que o instituiu. Nesse sentido, se pensarmos em termos da legislação vigente à época da sua criação, o SNI e seus congêneres não poderiam atuar no plano externo, haja vista

que sua atuação era, por força de lei, restrita ao *território nacional*. Contudo, não foi o que se passou. A repressão atuou também com muita desenvoltura no plano externo, ao arrepio da lei brasileira e do direito internacional.

É sobre a atuação deste elo perdido da comunidade nacional de informações que trata este pequeno artigo. A revelação de sua existência e a análise de seu funcionamento e *modus operandi* certamente ajudará a esclarecer e a melhor compreender um período vivo na história do Brasil recente, ainda hoje presente, de diversas maneiras, na vida política nacional.

O CIEX E A REPRESSÃO

ALÉM-FRONTEIRAS

Paralelamente à atuação dos serviços de informação que atuavam no plano interno, o regime militar criou uma agência especializada para atuação no plano externo. Até hoje relativamente ignorado pela historiografia sobre o Golpe de Estado de 1964, o Centro de Informações no Exterior (CIEX) é o que poderíamos chamar de “o elo perdido” do sistema. O CIEX recebeu a incumbência de acompanhar as atividades dos “subversivos” brasileiros que, apesar do exílio, continuavam protestando contra a falta de liberdade política no Brasil, denunciando os maus tratos impostos pelo regime contra os seus oponentes ou mesmo conspirando em outros países e articulando o lançamento de ações de guerrilha ou atos de contesta-

ção para serem desenvolvidos no Brasil. Mas não eram só os ativistas e militantes políticos que eram perseguidos e monitorados pelo Centro. Quase todo brasileiro no exterior passou a ser visto como um suspeito em potencial, principalmente aqueles que se dirigiam para países ou regiões consideradas como áreas subversivas, seja no Leste europeu ou em países que ainda respeitavam a existência de agrupamentos políticos de esquerda, como o Uruguai ou o Chile antes dos seus respectivos golpes.

O CIEX não surgiu do nada e nem tampouco foi criação exclusiva do SNI. O Ministério das Relações Exteriores já detinha alguma experiência no monitoramento das atividades de militantes do Partido Comunista Brasileiro no exterior – e, de forma geral, de análise da atuação do movimento comunista internacional, sobretudo após o final da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria. Não é à toa que o Arquivo do Itamaraty possui um fantástico acervo sobre as atividades dos partidos comunistas na América Latina, com especial ênfase para a região do Cone Sul. A partir da Embaixada em Montevidéu, foram montados diversos dossiês e análises sobre as atividades do movimento comunista na América do Sul, com destaque para a Argentina e o próprio Uruguai.

Na América do Sul, por exemplo, Montevidéu e Buenos Aires eram capitais vistas como centros de irradiação de atividades e propaganda consideradas comunistas.² Não foi por acaso que a primeira

e mais importante atuação do CIEX tenha ocorrido no Uruguai. Além de aquele país ser considerado democrático em “excesso”, foi para lá que se retiraram os primeiros exilados da ditadura militar brasileira. Os primeiros informes produzidos pelo CIEX, sobretudo nos volumes 1 e 2, contendo mais de mil documentos, estão bem concentrados no monitoramento das atividades dos brasileiros que se encontravam no Uruguai.

À frente do Centro, encontravam-se diplomatas de carreira do Ministério das Relações Exteriores que atuavam em sintonia com o SNI e com os demais órgãos de informações. Ressalte-se que não era uma função obrigatória e que todos que serviram no CIEX o fizeram de livre e espontânea vontade. Aliás, é voz corrente no Itamaraty entre os diplomatas que se lembram da existência do Centro, assim como da DSI, que aqueles que foram lotados nesses órgãos eram, geralmente, vistos com desconfiança ou reserva pelos colegas.

Dentre os políticos brasileiros mais visados pela espionagem política e pelas forças da repressão encontravam-se o ex-presidente João Goulart e o ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, assim como boa parte daqueles que privavam de sua intimidade. Eram vistos como articuladores políticos perigosos, enfim, uma ameaça à nova ordem política que estava se estabelecendo no país. Milhares de informes foram produzidos e revelam que o CIEX acompanhava de

perto praticamente todas as atividades dessas lideranças no exterior. Uma visita, uma reunião, um encontro, qualquer atitude era monitorada e as informações seguiam para os escritórios da agência central do SNI e dos demais órgãos militares, para manter sempre atualizados os dossiês dessas personalidades.

Contudo, muitos outros cidadãos brasileiros foram monitorados pelo governo brasileiro no exterior. Políticos insuspeitos do ponto de vista ideológico, como o ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, também foram minuciosamente monitorados, além de outros políticos como os ex-deputados Cibillis Viana, Neiva Moreira e Miguel Arraes; intelectuais e escritores como Antônio Callado, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso.

Além de personalidades conhecidas, como as acima citadas, militantes políticos, estudantes e pessoas comuns que discordavam da ditadura militar também tinham suas atividades no exterior vigiadas. Enfim, o CIEX, enquanto agência responsável pelo acompanhamento de atividades políticas e/ou consideradas subversivas e ameaçadoras ao regime atuando a partir de outros países, acabou por desenvolver um sofisticado aparelho de coleta e distribuição de informações, que eram destinadas em sua quase totalidade para as agências diretamente ligadas à repressão política no Brasil, como o Serviço Nacional de Informações, o Centro de Informações e Segurança da Aero-

náutica (CISA), o Centro de Informações do Exército (CIE) e o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), como se pode observar analisando a relação de difusão de documentos produzidos pelo CIEX ao final deste artigo.

Outro aspecto relevante de se observar na análise da atuação do CIEX é que o Centro cresceu e se diversificou à medida que a ditadura se tornava mais radical e repressora. Suas atividades também podem ser medidas pela presença de brasileiros em determinado país. Assim, onde havia maior concentração de exilados era onde o Centro mais atuava. Nesse sentido, as embaixadas ou escritórios mais ativos envolvidos no monitoramento de brasileiros eram, além da de Montevidéu, as de

Buenos Aires, Santiago, Paris, Praga, Moscou e, após a Revolução dos Cravos, Lisboa. No leste europeu, havia um acompanhamento mais intensivo, haja vista que praticamente todos os brasileiros que optassem por viver ou estudar em países da *Cortina de Ferro* eram vistos como suspeitos de comprometimento ideológico. Além disso, merece destaque o fato de que alguns países daquela região, como a então Tchecoslováquia, eram pontos estratégicos por serem países pelos quais transitavam frequentemente brasileiros que exerciam atividades políticas consideradas subversivas em Cuba ou mesmo no Leste europeu.

As atividades do CIEX de coleta e processamento de informações eram, de certa maneira, complementadas pelos



Presos políticos trocados no seqüestro do embaixador alemão Ehrenfried Anton Theodor Ludwig von Holleben e banidos para a Argélia. Rio de Janeiro, 1970. Acervo SNI.

ofícios, telegramas e outros documentos remetidos ao Ministério das Relações Exteriores pelas diversas embaixadas brasileiras espalhadas ao redor do mundo. O arquivo do Itamaraty está repleto de exemplos desse tipo de fonte. A preocupação excessiva com a “ameaça comunista” muitas vezes era revelada na forma da mais pura e simples delação, frequentemente baseada em ilações absolutamente subjetivas.

Essa característica chama a atenção para um problema de primeira grandeza quando se trata de trabalhar com fontes dessa natureza. Os documentos do CIEX seguiam a padronização instituída pelo SNI que determinava um modelo geral para elaboração e classificação de documentos. Assim, os informes eram avaliados pelo grau de confiabilidade das informações neles contidas e recebiam uma sigla correspondente, sendo que nesse sistema a avaliação A1 indicava, para os padrões do SNI, uma fonte cem por cento segura, enquanto que a avaliação C3 já correspondia a uma fonte bem menos confiável (as avaliações eram A1, A2, A3, B1, B2, B3, C1, C2 e C3). O maior problema é que mesmo os documentos avaliados como A1 pelos agentes não podem e não devem ser considerados de forma alguma como plenamente confiáveis pelos historiadores ou pesquisadores que trabalham com essas fontes. Todas elas necessitam, sempre que possível, confirmação por meio de cruzamentos de dados ou utilização de dados complementares com o cotejamento de outras fontes.

Já o *modus operandi* do CIEX revela o total desrespeito a consagradas garantias legais, além de uma sofisticada e eficiente rede de espionagem, impossível de ser montada sem atuação conjunta com agências congêneres nos países onde operava. Havia infiltração de agentes entre grupos de exilados, violação de correspondência, intercâmbio de informações com outros órgãos de inteligência, observação permanente de pessoas, dentre outras atividades.

A análise da atuação do CIEX revela mais do que uma faceta da repressão. Revela também o comprometimento do Itamaraty com o regime militar de 1964, aliás, como não poderia deixar de ser. Até pouco tempo atrás, era comum representantes da diplomacia brasileira, e mesmo alguns acadêmicos, afirmarem que o Ministério das Relações Exteriores havia “sobrevivido” ao regime de exceção mais ou menos incólume, ou seja, que não havia colaborado diretamente com a repressão. Tal fato, efetivamente, não ocorreu. Houve uma intensa atividade de espionagem e monitoramento das atividades até mesmo da vida pessoal de muitos brasileiros que se encontravam exilados após o Golpe de Estado de 1964 em diversos países, fato que contou, inclusive, com a colaboração de outros governos.

Os próprios funcionários do Itamaraty passaram pelo calvário dos expurgos no período inicial do Golpe de Estado. Vários Memorandos internos comprovam o comportamento bastante agressivo que alguns di-

plomatas adotaram frente a colegas e outros funcionários que eram simpatizantes do pensamento de esquerda. Uma vez instituído, o CIEX também passou a exercer a função de “dedo duro”, elaborando dossiês e agindo como um tentáculo do SNI dentro do Itamaraty.

Ademais, era também função do CIEX a produção de informações sobre algumas áreas peculiares relacionadas à atuação do Ministério das Relações Exteriores, como assuntos ligados à segurança nacional, subversão, terrorismo, corrupção, imagem do Brasil no exterior e contra-informação.

Quando analisamos em perspectiva o que foi produzido pelo Centro ao longo de sua existência, observamos uma evolução no que diz respeito às suas funções e objetivos ao longo do tempo. Se, inicialmente, o maior volume de informes fazia referência, como já citado, à atuação dos exilados brasileiros, com o passar do tempo e o processo de distensão política em andamento se consolidando como posição de governo (principalmente com o governo Geisel e com a Anistia), ocorreu um redirecionamento das atividades do CIEX, que passaram a refletir novas preocupações. Assim, mesmo que o Centro continuasse mantendo vigilância sobre atividades “subversivas”, o destaque passou para as análises de conjuntura internacional, análises de processos políticos de países que mais interessavam ao Brasil, temas como direitos humanos, atuação dos Estados Unidos na América Latina e uma série de outros temas, to-

dos muito distintos das atividades relacionadas à repressão.

Outro aspecto a salientar é que a pesquisa relativa às atividades do CIEX está demonstrando o quão sofisticado foi o aparelho de repressão montado pela ditadura militar. Ou seja, bem antes de iniciativas conjuntas dos sistemas de informações dos países do Cone Sul terem sido implementadas, como a famosa Operação Condor, o Brasil já atuava no plano externo com grande desenvoltura. É de se supor, e com um alto grau de probabilidade, que a produção de tantos documentos a partir do exterior só poderia ter sido levada a efeito a partir da colaboração efetiva de outros governos ou setores e instituições governamentais de outros países que partilhavam de uma ideologia em comum.

OS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Muito embora a bibliografia referente ao Golpe de 1964 seja ampla e compreenda trabalhos de natureza diversa, não se pode dizer o mesmo sobre a temática peculiar aos órgãos encarregados da repressão. Observa-se aqui, obviamente, que dificuldades relacionadas ao acesso às fontes vêm atuando como elemento de maior constrangimento para uma melhor compreensão sobre o tema.

Existem, contudo, alguns poucos trabalhos que abordam diretamente a temática da atuação dos serviços secretos. Em

1983, a jornalista Ana Lagôa publicou “SNI: como nasceu, como funciona”, pela editora Brasiliense. No livro, Lagôa faz uma análise da atuação do SNI e da doutrina de segurança nacional, sustentando que esta é base ideológica da criação do SNI. Não há referências no que diz respeito às atividades do CIEEX, embora a autora seja a única a reconhecer a existência do Centro e incluí-lo no cronograma da comunidade de informações.³

Em 2001, o professor Carlos Fico, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, publicou “Como eles agiam – Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política”, obra na qual faz uma aguçada e sofisticada análise da atuação dos órgãos de repressão, com especial destaque para as atividades da DSI do Ministério da Justiça, uma vez que o professor teve acesso à documentação daquela DSI. Sobre o CIEEX, o autor utiliza alguns documentos que fazem referência àquele órgão, os quais lhe foram, inclusive, repassados pelo autor deste projeto. Entretanto, a atuação do Centro não foi objeto de estudo sistematizado.⁴

Outro livro publicado sobre o tema dos serviços de informação foi “SNI & ABIN”, de Priscila Carlos Brandão Antunes. Na obra, a autora faz uma contextualização histórica sobre as origens do SNI, sua formação e atuação. Há, igualmente, uma breve análise da atuação das agências de informação das três armas, quais sejam: CIE, Cenimar e CISA. A autora de-

senholve e discute conceitos importantes relacionados às atividades de inteligência, além de dedicar boa parte do livro à análise da situação atual da agência central de informações no Brasil, ou seja, da ABIN. Com relação ao CIEEX, todavia, não há uma única citação. É como se o órgão nem sequer houvesse existido e feito parte ativa do esquema de informações no Brasil.

Um autor que trouxe mais novidades sobre a ação do SNI foi Lucas Figueiredo. Com o livro “Ministério do Silêncio – a história do serviço secreto brasileiro: de Washington Luís a Lula, 1927-2005”, Figueiredo, utilizando-se de várias entrevistas com pessoas diretamente ligadas ao antigo SNI e de fontes impressas sobre vários momentos de sua existência, produziu uma valiosa contribuição que nos permite uma visão em perspectiva da atuação da principal agência de informações do Brasil, ou simplesmente, o “serviço”. Uma das observações destacadas pelo autor é a da atuação anterior ao regime de 1964 de um serviço dessa natureza e também da sua deformação, se podemos assim chamar, ao longo do tempo.⁵ Ambas as características estão também presentes no caso do CIEEX.

Os quatro livros citados acima sintetizam o estágio atual do conhecimento no Brasil sobre as atividades de inteligência e informações. Além deles, ainda podemos citar duas dissertações de mestrado voltadas para a análise da mesma temática. Elas têm o grande mérito de abordar aspectos específicos da temática em discus-

são. Porém, nenhuma das duas menciona o CIEX, seja na estrutura da comunidade de informações, seja na sua atuação durante o regime militar.⁶

De acordo com essa breve exposição do estágio atual do conhecimento histórico sobre o tema em discussão, evidencia-se, pois, a originalidade da temática apresentada. As atividades do CIEX, a despeito de sua importância para o esquema da repressão política no Brasil, continuam obscurecidas pela falta de pesquisa, até agora ainda justificada pelo impedimento de consulta às fontes primárias.

A natureza dessas fontes exige um trabalho meticuloso de análise. Por um lado, a linguagem utilizada pelos serviços de informação geralmente possui certos códigos que dificultam a compreensão do seu exato significado, uma vez que quem produz um documento dessa natureza sempre tem o cuidado para que a informação seja objetiva e enxuta no sentido de que ela se torne de fácil compreensão para quem participa do esquema, mas dificultosa para quem está de fora, instando os pesquisadores a um trabalho sistemático de análise.

Há ainda que se considerar que os informes, geralmente, não possuem assinatura, numa deliberada decisão de não revelar o nome dos agentes envolvidos. Do ponto de vista metodológico, deve ser igualmente observado que os informes, tomados de forma isolada, não permitem uma análise consistente dos serviços de informação. Assim, é mais do que neces-

sário tomar o cuidado de proceder à análise sempre considerando um conjunto de documentos relativos a determinado assunto, uma vez que essa atitude possibilita compreensão mais completa com relação ao assunto.

Outra característica desse tipo de trabalho investigativo é a necessidade de cruzamento dos dados, tarefa que requer a sistematização das informações contidas nos informes, com acurada leitura de fontes bibliográficas, artigos em jornais e revistas e depoimentos de pessoas envolvidas. Como o volume da documentação é de considerável dimensão, o trabalho necessariamente exigiria a elaboração de fichas específicas, contendo nomes e locais das pessoas citadas, o que permitirá identificar os objetivos das investigações do CIEX e acompanhar passo a passo a estratégia montada pelo Centro para acompanhar/monitorar os seus alvos. Assim, o cruzamento desses dados com informações obtidas em outras fontes permitirá avaliar o alcance e eventuais desdobramentos das atividades do CIEX, como por exemplo, a sua efetiva participação na desarticulação de ações pensadas a partir do exterior.

Eventualmente, seria possível checar os dados encontrados nos informes consultando relatos de exilados brasileiros que foram monitorados pelo Centro e que tenham sido publicados. Outra possibilidade seria, uma vez identificado determinado ativista, e tendo ele recebido atenção especial do CIEX, tentar localizá-lo e

entrevistá-lo. Depoimentos dessa natureza certamente ajudarão a compor um quadro mais exato da ação desenvolvida pelo Estado contra seus cidadãos no exterior.⁷ Evidencia-se a carência e precariedade do material no que diz respeito especificamente ao tema da espionagem e da atuação dos órgãos de informação componentes da Comunidade Nacional de Informações. Isto se deve, naturalmente, ao problema do acesso às fontes primárias e orais para que os historiadores

possam se dedicar à investigação sobre a temática dos serviços de informação e da repressão aos movimentos de esquerda e à sociedade efetuados pelo regime militar. É muito recente a abertura dos arquivos nacionais referentes a esse tema, sendo relevante observar que, até agora, somente a documentação relativa a algumas das delegacias do DOPS e das Divisões de Segurança Internas (DSI) de alguns poucos ministérios foi liberada para consulta.

Tabela 1

Documentos Sigilosos Difundidos pelo CIEX (1966-1986)

Ano	Documentos	Ano	Documentos
1966	515	1977	339
1967	647	1978	029
1968	747	1979	251
1969	490	1980	211
1970	501	1981	187
1971	602	1982	173
1972	690	1983	161
1973	656	1984	147
1974	665	1985	211
1975	366	1986	095
1976	464		
Total			8147

Fonte: Documentação do Centro de Informações do Exterior.

Tabela 2**Destino dos Documentos do CIEX por Órgãos de Cúpula do Governo e da Comunidade Brasileira de Informações (1966-1986)**

Órgão de Destino	Documentos
Presidência da República (PRESREP)	01
Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores (DSI/MRE)	07
Gabinete do Ministro de Estado da Aeronáutica (GABMAER)	80
Serviço Nacional de Informações (SNI)	7215
Centro de Informações do Exército (CIE)	5048
Estado Maior do Exército (SE-I/EME)	5231
Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica	3199
Estado Maior da Aeronáutica (2ª Seção/EMAER)	4371
Centro de Informações da Marinha (CIM) (sic)	3883
Estado Maior da Armada (EMA/M-20)	1906
Estado Maior das Forças Armadas (FA-21/EMFA)	638
Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)	1115
Centro de Informações da Polícia Federal (CI/DPF)	800

Fonte: Documentação do Centro de Informações do Exterior.

Obs.: Um único documento era usualmente destinado a mais de um órgão, portanto, isso explica o número maior de documentos acima citado do que o total de documentos produzidos conforme a tabela 1.

N O T A S

1. Lei Federal 4.341, de 13 de junho de 1964.
2. O Arquivo do Itamaraty, infelizmente, continua virtualmente fechado para pesquisas. O Ministério das Relações Exteriores possui dois arquivos: o Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), localizado no Rio de Janeiro, mantém em seu acervo a documentação que vai do período colonial/Império até aproximadamente 1945/47. Já o Arquivo do Ministério das Relações Exteriores (AMRE), localizado em Brasília, possui em seu acervo a documentação posterior ao período anteriormente citado. Há dificuldades para acesso aos dois acervos, contudo, o de Brasília é o mais fechado. Sobre o acervo do Arquivo do Itamaraty ver: PENNA FILHO, Pio. "A pesquisa histórica no Itamaraty". Revista Brasileira de Política Internacional, Ano 42, n.º 2, 1999, p. 117-144.

3. LAGÔA, Ana. *SNI: como nasceu, como funciona*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
4. FICO, Carlos. *Como eles agiam – Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
5. FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio – A história do serviço secreto brasileiro: de Washington Luís a Lula, 1927-2005*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
6. EMILIO, Luís Antonio Bitencourt. *O poder legislativo e os serviços secretos no Brasil, 1964-1990*. Brasília: Universidade de Brasília, 1992. Dissertação de Mestrado. QUADRAT, Samantha Viz. *Poder e informação: o sistema de inteligência e o regime militar no Brasil*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2000. Dissertação de Mestrado.
7. É sugestivo o exemplo do exilado José Maria Rabêlo, o qual sugere, acertadamente, em seu livro de memórias que “vivemos no exterior sob a vigilância constante dos serviços secretos brasileiros, numa página vergonhosa de nossa História, que precisa ser levantada em toda sua extensão”. Ao escrever essas palavras, Rabêlo o fez citando a atuação de agentes do SNI e do CENIMAR, os quais eram eventualmente identificados por militantes exilados. Contudo, mal tem consciência José Maria Rabêlo que o CIEX também o monitorava, enviando informações para os demais órgãos de segurança. A citação sobre José Maria Rabêlo é um exemplo de como o trabalho de cruzamento de dados é útil para o desenvolvimento de qualquer pesquisa sobre esse tema e de como entrevistas com exilados poderão trazer à tona novas informações e análises sobre a atuação da espionagem brasileira contra exilados no exterior. Sobre a obra ver: RABÊLO, José Maria & RABÊLO, Thereza. *Diáspora: Os longos caminhos do exílio*. São Paulo: Geração Editorial, 2001, pg. 80.

Recebido em 27/11/2008

Aprovado em 06/02/2009